unitas
Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões
ISSN 2358-3037

SOCIOLOGIA DO CONCÍLIO VATICANO II: notas teóricas para a construção de uma agenda de pesquisa[1]

The Sociology of the Second Vatican Council: Theoretical Reflections Toward a Research Agenda

Carlos Eduardo Sell[2]

RESUMO: Este artigo propõe uma reflexão teórico-metodológica para a construção de uma agenda sociológica sobre o Concílio Vaticano II, articulando sua análise como evento social e como processo de recepção. A compreensão do Concílio como evento exige a investigação da dinâmica interna da assembleia conciliar e dos mecanismos de sua institucionalização. Por outro lado, a análise de sua recepção requer considerá-lo como processo de construção de memórias (plano simbólico), mediadas por disputas entre atores religiosos pela legitimidade de projetos eclesiais (plano microssocial), inseridos em conflitos estruturados em torno de capitais distintos no interior da instituição católica (plano macrossocial). O estudo enfatiza a importância de pesquisas empíricas sobre a recepção do Concílio, especialmente na América Latina e no Brasil, considerando as especificidades de seus dispositivos institucionais e simbólicos. O artigo oferece, assim, contribuições teóricas iniciais para uma sociologia do Vaticano II capaz de

Recebido em 10 de dezembro de 2025
Aceito 21 de setembro de 2026

[1] Este texto forma parte de um projeto de pesquisa com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob o número de 403432/2024-3, com o título: A modernização do catolicismo e seu papel na secularização no Brasil: atualizando a abordagem de Max Weber.
[2] Mestre e Doutor em Sociologia Política pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). É professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou pós-doutorado em Heidelberg e é Pesquisador de Produtividade em Pesquisa do CNPQ. http://lattes.cnpq.br/7574288881643267

integrar dimensões culturais, institucionais e formas específicas de ação social coletiva, situadas em seus respectivos contextos sociais e culturais.
Palavras-chave: Vaticano II; hermenêutica conciliar, recepção conciliar; memória social; carisma; elites eclesiásticas.
Palavras-chave: Vaticano II; hermenêutica conciliar; recepção conciliar; memória social; carisma; elites eclesiásticas.

ABSTRACT: This article offers a theoretical and methodological reflection aimed at constructing a sociological research agenda on the Second Vatican Council, framing its analysis both as a social event and as a process of reception. Understanding the Council as an event requires examining the internal dynamics of the conciliar assembly and the mechanisms through which it was institutionalized. Conversely, analyzing its reception entails considering it as a process of memory construction (symbolic level), mediated by disputes among religious actors over the legitimacy of ecclesial projects (microsocial level), and situated within conflicts structured around different forms of capital within the Catholic institution (macrosocial level). The study highlights the importance of empirical research on the reception of the Council, especially in Latin America and Brazil, taking into account the particularities of its institutional and symbolic devices. In this way, the article provides initial theoretical contributions toward a sociology of Vatican II capable of integrating cultural, institutional, and specific forms of collective social action, all situated within their respective social and cultural contexts.

Keywords: Vatican II; conciliar hermeneutics; conciliar reception; social memory; charisma; ecclesiastical elites.

Introdução

O Concílio Vaticano II tem despertado atenção considerável tanto no campo histórico quanto no teológico, consolidando-se como marco inescapável para a compreensão das configurações contemporâneas do catolicismo. Não obstante sua relevância amplamente reconhecida, observa-se que a sociologia, de modo geral, tem dedicado apenas atenção marginal a uma análise sistemática do evento, particularmente no que se refere à sua recepção. Tal ausência revela uma lacuna epistemológica significativa que exige ser enfrentada de maneira rigorosa.

Tendo em vista essa lacuna, o presente artigo busca oferecer contribuições teóricas preliminares à construção de uma agenda de pesquisa sociológica acerca do Vaticano II. Para tanto, na primeira seção, propõe-se caracterizar alguns elementos epistemológicos fundamentais da produção histórico-teológica internacional já consolidada, aqui organizada a partir da distinção entre o concílio

enquanto "evento" e enquanto "recepção". Essa distinção epistemológica é reformulada como referência analítica, de modo a sustentar um enquadramento sociológico capaz de apreender, simultaneamente, o concílio como fenômeno social autônomo (evento) e como memória simbólica cujo significado permanece objeto de disputas no período posterior à sua realização (recepção). Cada uma dessas unidades analíticas mobiliza dinâmicas sociais específicas, requerendo, portanto, abordagens diferenciadas no plano sociológico.

Na segunda seção, procede-se a uma revisão crítica de trabalhos sociológicos que interpretaram o concílio como evento sociopolítico, com destaque para os principais enquadramentos teóricos empregados. Em seguida, na terceira seção, são delineadas pistas analíticas voltadas à compreensão do processo sociológico de recepção conciliar, ou seja, das formas pelas quais as deliberações e orientações emanadas do concílio foram apropriadas, ressignificadas e disputadas no interior de uma estrutura complexa de posições e capitais próprios ao campo católico do poder.

Com vistas à formulação dessas pistas, apresentam-se três linhas de investigação complementares. A primeira compreende a recepção como processo de construção de memórias, em que múltiplos atores e instituições elaboram visões diferenciadas (seletivas) do significado histórico do concílio. A segunda, inspirada em Max Weber, concebe essas formas de memória como arena de disputas entre distintas leituras carismáticas de sua autoridade e de seus efeitos, destacando tensões entre interpretações estabilizadoras, dinamizadoras ou mesmo negadoras da herança conciliar. A terceira abordagem, de matriz bourdiesiana, procura identificar os elementos estruturais implicados no conflito de memórias no campo católico do poder, iluminando as lógicas institucionais que orientam tal processo.

As conclusões do trabalho, além de retomar as principais contribuições teóricas apresentadas, oferecem breves indicações para a transposição dos insights aqui desenvolvidos à análise empírica da recepção do Vaticano II no contexto brasileiro. Assentado no horizonte da teoria social, este artigo reconhece o caráter ainda incipiente e exploratório de sua proposta. Os marcos analíticos aqui esboçados devem ser entendidos como esforço metateórico de caráter provisório, a ser aperfeiçoado a partir de investigações empíricas e de aprofundamento conceitual. Apesar de tais limites, o trabalho almeja contribuir para o delineamento de um campo ainda emergente no Brasil: a sociologia do Concílio Vaticano II. Este é concebida como empreendimento sistemático orientado a compreender tanto a dinâmica social interna do concílio enquanto evento quanto sua mobilização, em suas dimensões simbólicas, estruturais e político-

programáticas (agenciais), no devir histórico e no presente dessa instituição eclesial.

1.Perspectiva histórico-teológica: o evento e sua recepção.

A reflexão histórico-teológica sobre o Concílio Vaticano II oferece contribuições relevantes para a sociologia ao distinguir o concílio enquanto evento temporalmente localizado e enquanto evento temporalmente estendido, ou seja, entre sua hermenêutica e sua recepção. Essa distinção, ainda que não deva ser tomada de forma rígida, permite compreender tanto os debates internos quanto os efeitos prolongados do concílio na vida da Igreja, sendo fundamentada por alguns dos principais especialistas da área, aqui apresentados como referência para essa abordagem.

Gilles Routhier[3] explica que hermenêutica e recepção designam, respectivamente, o estudo da interpretação e da integração dos ensinamentos e reformas conciliares. A hermenêutica examina as diferentes leituras do concílio, abrangendo interpretações que o veem como ruptura ou continuidade reformadora da tradição, com o objetivo de compreender seu sentido e orientar sua transmissão. A recepção envolve não apenas a implementação formal das reformas, mas também a análise de seus efeitos na vida eclesial e a identificação dos atores, grupos e instituições responsáveis por mediar tais efeitos. Essa perspectiva permite compreender a recepção como um processo contínuo, que se estende para além da duração formal do concílio.

Uma abordagem diferenciada é apresentada por John W. O'Malley[4], que trata o concílio principalmente como evento histórico e linguístico. Embora não desconsidere os contextos sociais, políticos e culturais mais amplos, O'Malley enfatiza que a forma e o estilo da comunicação foram determinantes para a implementação das reformas conciliares. Ele identifica três eixos centrais do concílio: *aggiornamento*, *ressourcement* e desenvolvimento da doutrina, sendo o primeiro o objetivo primordial e os demais instrumentos para alcançá-lo. Segundo o autor, o concílio promoveu uma mudança de paradigma na Igreja, deslocando-a de uma postura defensiva e autoritária para uma abordagem mais aberta e dialogante, evidenciada pelo uso de linguagem mais acessível nos documentos conciliares.

---

3 ROUTHIER, Gilles. *Herméneutique et réception: le Concile Vatican II*. Paris: Cerf, 2006.

4 O'MALLEY, John W. *What Happened at Vatican II*. Cambridge, MA: Belknap Press, 2008.

Ormond Rush[5], inspirado na tríade autor-palavra-leitor das obras literárias, propõe que a análise integral do Vaticano II considere simultaneamente os debates e processos de elaboração do concílio, os textos finais resultantes desses debates e as respostas dos receptores em diferentes contextos globais. Essa abordagem articula as duas dimensões do concílio — evento e recepção — evidenciando que sua interpretação integral depende da compreensão de suas múltiplas temporalidades e impactos.

No Brasil, existe uma ampla produção acadêmica que realiza estudos de caso sobre a recepção do Concílio Vaticano II em dioceses brasileiras[6]. Entre esses estudos, dois esforços se destacam: em primeiro lugar, o minucioso trabalho histórico de José Oscar Beozzo[7] sobre a participação do episcopado brasileiro no concílio; em segundo, do ponto de vista epistemológico, os estudos metateóricos de Rodrigo Coppe Caldeira[8], especialista na análise da participação de bispos brasileiros de orientação tradicionalista na assembleia conciliar. Soma-se a esse quadro a extensa literatura produzida por teólogos da Igreja Católica[9], que, com a passagem dos aniversários decenais do Concílio, têm elaborado balanços temáticos sobre a recepção de suas ideias na realidade brasileira. Esses trabalhos demonstram que, também no Brasil, são os campos da história e da teologia que têm se dedicado com maior empenho ao estudo do evento e de sua recepção, com poucas exceções no caso da sociologia[10].

---

[5] RUSH, Ormond. *Reading Vatican II: The Author-Word-Reader Triad in Concilial Analysis*. New York: Lexington Books, 2019.

[6] Seguem alguns exemplos: SANTOS, S. R. C. dos. *Verbalização do sagrado em tempos de fronteira: a recepção do Concílio Vaticano II no Maranhão, 1959-1979*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 201; PIVA, E. D. Recepção e divulgação do Vaticano II pelos franciscanos de Petrópolis. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 65, n. 259, p. 631–655, 2005. FIGUEIRA, P. H. C.; DOS SANTOS JÚNIOR, P. J. O Concílio Vaticano II e seus desdobramentos na região norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Transformar*, v. 11, p. 77–86, 2017.

[7] BEOZZO, José Oscar. *Episcopado brasileiro e o Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulinas, 2001.

[8] CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Bispos tradicionalistas e participação no Concílio Vaticano II*. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2016, p. 55; CALDEIRA, 2019.

[9] STADELMMANN, Klaus. *Recepção do Vaticano II na América Latina*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012,; ARROYO, Manuel; BRIGHENTI, Andrea. *Estudos sobre o Vaticano II*. São Paulo: Loyola, 2016; PASSOS, Antônio. *Teologia e concílio*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014; DE COPEGUI, Maria. *Balanços do Vaticano II*. Curitiba: CRV, 2005;

[10] PRANDI, Reginaldo; SANTOS, João. *Sociologia do Concílio Vaticano II*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 40, n. 1, 2025.

Embora a distinção entre hermenêutica e recepção — ou evento e recepção — apresente desafios interpretativos, por não ser rigidamente separável, ela se mostra metodologicamente importante: sem esse recorte, o concílio poderia ser reduzido a uma mera consequência de sua recepção. Desse modo, delineiam-se duas tarefas analíticas complementares: a primeira, centrada no concílio enquanto unidade de observação durante seu período de realização; a segunda, voltada para a análise dos efeitos prolongados do concílio na vida eclesial. O desafio subsequente consiste em transpor essas análises para o campo sociológico, tarefa que será abordada nos próximos dois tópicos.

2. O concílio como evento: aprendizados da sociologia

A sociologia tem produzido algumas análises do Vaticano II enquanto evento a partir de seus paradigmas centrais, sobretudo das perspectivas funcionalista/sistêmica e weberiana. A esse quadro acrescenta-se ainda um estudo exemplar sobre a dimensão política do concílio, que permite compreender as negociações de poder que moldaram suas decisões. Ainda que nem todos esses trabalhos estejam focados exclusivamente na ocorrência da assembleia conciliar enquanto tal, cada matriz epistemológica acima nomeada oferece instrumentos valiosos para entender a complexa dinâmica social e política que a estruturou.

Na linha funcionalista, Melissa J. Wilde[11] interpreta o Vaticano II como um caso sociológico de mudança institucional em larga escala. Inspirada em Émile Durkheim, articula a noção de "efervescência coletiva" à teoria das organizações, entendendo o concílio como um momento de intensa solidariedade e emoção coletiva, no qual milhares de bispos vivenciaram uma ruptura histórica. Essa experiência reforçou alianças, produziu novas identidades e forneceu energia para desafiar a Cúria Romana. Contudo, Wilde observa que a efervescência, por si só, não explica os resultados: estruturas organizacionais, regras de votação, coalizões e estratégias foram decisivas. Os progressistas, com redes mais amplas e flexíveis, lograram vitórias significativas — como na reforma litúrgica e na rejeição das listas preparadas pela Cúria —, enquanto os conservadores, presos a estruturas rígidas, perderam espaço. Além disso, as prioridades variaram conforme as regiões: países católicos monopolistas, como Itália e Espanha, resistiram à mudança; América

[11] WILDE, Melissa J. *Vatican II: A Sociological Analysis of Religious Change*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2007.

do Norte e Norte da Europa priorizaram o ecumenismo; a América Latina destacou a justiça social; e bispos africanos e asiáticos voltaram-se à missão. Essa dinâmica culminou em conquistas como a Declaração sobre a Liberdade Religiosa, mas também mostrou limites — a exemplo da doutrina sobre contracepção, onde nem a mobilização coletiva conseguiu romper barreiras estruturais.

Outra interpretação funcionalista, mais próxima da perspectiva parsoniana, é oferecida por Michael F. Aloisi[12], que lê o concílio como um esforço de aumentar a capacidade adaptativa da Igreja, equilibrando inovação e manutenção da ordem. Ecumenismo, participação leiga e autonomia pessoal surgem como dimensões centrais, ao lado das tensões e resistências, compreendidas como reações naturais de sistemas complexos em transformação.

Ainda no campo da sociologia sistêmica, Stefan Nacke[13] propõe compreender o Concílio Vaticano II como um ponto de encontro global da Igreja em diálogo com a sociedade mundial. Embora a análise de Nacke sublinhe a nova inserção da Igreja em uma sociedade funcionalmente diferenciada (aspecto externo), chama atenção a riqueza de detalhes com que ele interpreta a dinâmica social interna do concílio. Em sua fase preparatória, o evento foi convocado de modo carismático por João XXIII, mas logo se viu submetido a tentativas de controle burocrático por parte da Cúria Romana. O autor examina as formas de interação presenciais na assembleia conciliar, levando em conta aspectos cerimoniais, performativos e linguísticos. Nacke dedica atenção às características do processo decisório e aos mecanismos empregados para a obtenção de consensos, evidenciando que a assembleia viveu permanentemente a tensão entre abertura pública e segredo institucional. Essa ambivalência gerou processos simultâneos de cooperação e conflito, tanto no plano interno da assembleia quanto na relação entre Igreja e sociedade. Assim, o concílio aparece, em sua análise, como um espaço no qual a busca pelo consenso conviveu constantemente com disputas e tensões, configurando um exemplo paradigmático de como a Igreja se reorganizou diante das exigências de uma modernidade global e diferenciada.

Já a tradição weberiana privilegia a relação entre carisma e burocracia. Nessa linha, Zingerle[14] destaca o Vaticano II como acontecimento extraordinário, marcado por um carisma difuso que

---

[12] ALOISI, Michael F. Vatican II, Ecumenism and a Parsonian Analysis of Change. *Sociological Analysis*, v. 49, n. 1, p. 17–28, 1988.

[13] NACKE, Stefan. *Vatican II: Global Church and Societal Interaction*. Berlin: de Gruyter, 2010, p. 102.

[14] ZINGERLE, Hans. *Charisma and Bureaucracy in Vatican II*. Freiburg: Herder, 1996, p. 55.

não se concentrou apenas no papa, mas se distribuiu entre bispos, teólogos, episcopados nacionais, movimentos leigos e até na recepção mediática. Esse caráter extracotidiano ou extraordinário (*außeralltäglich*), porém, precisou ser institucionalizado: os textos, os ritos, os movimentos e as estruturas eclesiais canalizaram e transformaram essa energia. O processo implicou, como aponta Weber, uma "desauratização" do carisma, traduzido em rotina e disciplina institucional.

Complementarmente, Ebertz[15] interpreta o concílio no contexto de erosão da Igreja enquanto *Gnadenanstalt* (instituição monopolística da graça). Pressões externas — pluralização cultural e secularização — e internas — diversificação de práticas e expectativas — deslocaram a configuração da Igreja, aproximando-a de um modelo mais participativo e fragmentado, distante da imagem centralizada de dominação espiritual. Nesse horizonte, o concílio aparece como momento de redefinição identitária: conceitos como *societas perfecta*, Corpo Místico de Cristo, Povo de Deus e *communio* passam a conviver em tensão, cada um ganhando relevância em contextos específicos. Essa sobreposição gerou novas antinomias internas e reconfigurou a relação da Igreja com o mundo.

Em chave semelhante, embora mais ampla, Forlenza[16] interpreta o evento como motor de uma modernização política do catolicismo, inserindo-o no imaginário democrático, mas também aproximando-o de uma lógica denominacional. A modernização, contudo, mostrou-se seletiva: alcançou as estruturas político-institucionais, mas não dissolveu a rigidez normativa em campos como moral sexual e familiar.

Por fim, Philippe Levillain[17] oferece uma perspectiva original ao analisar o concílio como assembleia deliberativa comparável a um parlamento. Baseado em documentos oficiais e testemunhos, demonstra que o Vaticano II foi atravessado por negociações, alianças e disputas, revelando-se menos unânime do que a imagem posterior sugere. As comissões, os mecanismos de votação, o papel dos peritos e a pressão da opinião pública evidenciam um processo político sofisticado, no qual persuasão e consenso se sobrepuseram à imposição.

Apesar de suas divergências epistemológicas, os estudos sociológicos sobre o Concílio Vaticano II convergem em alguns pontos

---

[15] EBERTZ, Joachim. *Die Kirche als Gnadenanstalt: Transformation und Partizipation*. München: Kösel, 1996.

[16] FORLENZA, Carlo. *Political Modernization of Catholicism: Vatican II Reconsidered*. Rome: Lateran University Press, 2025.

[17] LEVILLAIN, Philippe. *Le Concile Vatican II comme Assemblée Délibérative*. Paris: Éditions du Cerf, 1975.

fundamentais. Cada perspectiva — seja a que combina a noção durkheimiana de efervescência coletiva com a teoria das organizações, seja a que recorre ao esquema weberiano da tensão entre carisma e burocracia — busca, em última instância, compreender a lógica de transformação evolutiva que atravessou o evento conciliar. Por um lado, o concílio rompeu barreiras históricas de controle eclesiástico, desestabilizando o domínio centralizado das elites burocráticas da Cúria Romana. Por outro lado, esse mesmo processo de abertura exigiu a implementação de mecanismos institucionais capazes de assegurar sua continuidade e eficácia. Esse paradoxo — romper com estruturas herdadas e, simultaneamente, produzir novas formas de organização — é talvez um dos aspectos mais marcantes da dinâmica social da assembleia conciliar.

Outro elemento recorrente nas análises é a atenção às características processuais do evento. Ele deve ser entendido como um processo de interação social contínua, atravessado por redes, coalizões e disputas internas, mas também permeado por pressões externas da opinião pública, da mídia e das transformações culturais em curso nos anos 1960. Nesse sentido, a análise sociológica revela como a busca de consensos e a superação de conflitos internos se deram por meio de mecanismos políticos sofisticados: negociações em comissões, redações estratégicas de textos, alianças entre episcopados nacionais e até mesmo formas de persuasão simbólica nos discursos e ritos litúrgicos. A exigência da unanimidade — ou pelo menos de uma maioria qualificada que pudesse ser lida como expressão de consenso — torna-se, nesse quadro, um dado crucial. A legitimidade das decisões conciliares não podia basear-se apenas na autoridade hierárquica ou no poder papal, mas dependia da capacidade da assembleia de produzir acordos que fossem amplamente reconhecidos como legítimos e vinculantes.

Dessa forma, a sociologia oferece um repertório analítico e conceitual particularmente fecundo para interpretar o Vaticano II. Ao integrar dimensões como efervescência coletiva, interação, estratégias organizacionais, carisma difuso, tensões burocráticas e mecanismos de negociação política, ela permite compreender o concílio como um evento com características sociológicas específicas. Mais do que um acontecimento teológico, o Vaticano II desvela-se como uma experiência de auto-organização social e de legitimação política, qual seja, um mecanismo social de gestão colegial-compartilhada cuja lógica de funcionamento ainda desafia o entendimento sociológico.

3. A recepção do concílio: três linhas de análise

Embora os trabalhos sociológicos dedicados ao Concílio Vaticano II enquanto evento, ainda que não muito numerosos, sejam significativos do ponto de vista epistemológico, o mesmo não se pode dizer das pesquisas sobre sua recepção, que permanecem, em geral, domínio dos campos da teologia e da história.

Do ponto de vista histórico-descritivo — a ser aqui apresentada de modo esquemático —, logo após a realização do Concílio, os atores do mundo católico se dividiram em interpretações distintas de seu legado[18]. Para alguns, o Concílio deveria ser compreendido como o ponto de partida de um processo de transformação que estava apenas em seu estágio inicial; para outros, seus textos representavam uma norma estável, a partir da qual a Igreja deveria se institucionalizar; e, finalmente, para um terceiro grupo, o Concílio constituiu uma ruptura com a tradição e, portanto, deveria ser rejeitado em nome da restauração do modelo eclesial anterior. Essas três perspectivas básicas são frequentemente denominadas "progressista", "conservadora" e "tradicionalista"; e embora esses termos carreguem conotações ideológicas e juízos valorativos, serão utilizados aqui de forma descritiva, apenas para facilitar a compreensão da análise.

As duas primeiras leituras deram origem, no âmbito da teologia acadêmica, à disputa entre o Concílio entendido como "texto" e o Concílio entendido como "espírito". Contudo, essas interpretações extrapolaram o mundo intelectual, subsidiando diferentes projetos eclesiais. Assim, os pontificados de João Paulo II e Bento XVI corresponderam a uma leitura "normalizadora" do Concílio[19], enquanto o pontificado de Francisco (2013-2025) encarnou uma leitura "dinamizadora"[20]. As forças tradicionalistas, permanecendo à margem da instituição, desenvolveram uma hermenêutica da ruptura em sentido negativo: não como inovação contínua, mas como alteração que corrompe a natureza da Igreja (leitura "reacionária" ou "restauradora").

---

[18] FAGGIOLI, Massimo. *Vatican II: The Unfinished Council*. Collegeville: Liturgical Press, 2013.

[19] CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II como objeto de leitura: a formação das culturas conciliares. *Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 17, n. 54, p. 1526–1543, 2019 e CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II, sua hermenêutica e recepção. *Estudos Teológicos*, v. 55, n. 1, p. 60–75, 2016.

[20] SELL, Carlos Eduardo. *Para onde vai a Igreja Católica?* Uma análise sociológica. Petrópolis: Vozes, 2025.

Como compreender sociologicamente esse processo histórico e as correntes que dele emanam? Para superar a relativa estagnação da sociologia diante do tema e propor marcos fundamentais para uma sociologia da recepção conciliar, sugerimos três estratégias analíticas independentes e ao mesmo tempo integradas: a primeira, baseada no conceito de memória, busca oferecer um enquadramento sociológico para o legado conciliar entendido como objeto simbólico em permanente processo de interpretação; a segunda, fundamentada na teoria weberiana do carisma, permite compreender os interesses em jogo e os princípios de legitimação mobilizados pelos diferentes atores envolvidos na construção de memórias concorrentes sobre o Concílio; e a terceira, inspirada na nova sociologia do campo literário de matriz bourdiesiana, direciona a análise para os elementos institucionais que condicionam estruturalmente o processo de recepção conciliar. De maneira global, essas três abordagens oferecem balizas teóricas para interpretar sociologicamente a recepção do Concílio Vaticano II, integrando seus padrões simbólicos (cultura), estruturais (campo) e a lógica dos atores (interesses e princípios de legitimação) que moldam sua recepção.

3.1. A recepção conciliar como construção de memórias seletivas

Os estudos sobre memória social e cultural vêm assumindo crescente relevância na sociologia contemporânea, tanto em âmbito internacional quanto no contexto brasileiro[21]. Entre as atualizações contemporâneas da teoria da memória social, destaca-se a abordagem de Niklas Luhmann[22], cuja perspectiva será privilegiada nesta análise.

Para o autor, a memória não se limita a um registro passivo do passado; constitui um processo ativo de seleção entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Essa operação seletiva não apenas assegura a consistência interna das comunicações sociais, como também possibilita que os sistemas projetem o futuro. A memória, nesse sentido, articula de forma dinâmica a relação entre recordação e esquecimento: sem esquecimento, não haveria espaço para aprendizagem ou inovação; sem recordação, não haveria

[21] SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. Coimbra; São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, 2012.DIMBATH, Markus; HEINLEIN, Michael. *Social Memory: Classical Theories and New Perspectives*. Paderborn: Brill | Fink, 2022.

[22] LUHMANN, Niklas. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997. 2 v.

referência de sentido capaz de sustentar práticas e decisões presentes. Assim, a memória social cumpre simultaneamente a função de garantir continuidade e legitimidade das ações, mantendo, contudo, abertura à mudança e à adaptação.

A teoria da memória luhmanniana oferece, primeiramente, instrumentos conceituais para categorizar a chamada "recepção conciliar" como objeto sociológico. A recepção do Concílio Vaticano II, entendida como realidade simbólica, pode ser conceituada como memória social ou, mais precisamente, como um processo contínuo e seletivo de construção da memória. Em segundo lugar, essa perspectiva permite compreender que tal recepção não se reduz à transmissão fiel de um evento passado ao presente. Para Luhmann[23], o elemento central da análise não é o passado em si, mas a atualização presente da memória. A recepção do Concílio é, portanto, uma reconstrução orientada pelas condições históricas, culturais e institucionais em que é reiteradamente atualizada. O Concílio não é simplesmente "lembrado" ou "recebido"; é constantemente reinterpretado à luz das necessidades, expectativas e disputas que atravessam os contextos posteriores ao evento, configurando-se cada releitura como uma atualização de sentido moldada pelo presente.

É relevante destacar o caráter estruturalmente seletivo da memória. Toda memória envolve escolhas: o que deve ser lembrado, o que deve ser esquecido e o que pode ser reinterpretado. Ademais, a seleção de conteúdos é simultaneamente funcional e política. Ao enfatizar determinados elementos do Concílio — seja a adaptação ao mundo moderno (interpretação progressista/projeto dinamizador), a reafirmação da continuidade com a tradição (interpretação conservadora/projeto normalizador) ou a ruptura em relação a ela (interpretação tradicionalista/projeto reacionário) — grupos e instituições eclesiais constroem narrativas que legitimam determinadas posições e desautorizam outras. As memórias conciliares, portanto, configuram-se como um campo de disputa simbólica e política, refletindo tensões de poder e legitimidade dentro da Igreja.

Apesar de oferecer instrumentos sofisticados para compreender a memória como operação seletiva e construção temporal, a teoria luhmanniana apresenta limitações na análise dos conflitos sociais e das relações de poder que permeiam essa seletividade. Torna-se, assim, necessário complementar sua abordagem com contribuições de outras tradições sociológicas, capazes de iluminar as estruturas que condicionam a disputa pela

[23] LUHMANN, 1997.

memória e os mecanismos de legitimação que orientam tal processo. Comecemos olhando para o plano dos atores sociais.

3.2. A recepção conciliar como processo de atores em disputa pela legitimidade de seus projetos eclesiais

Ao voltar a atenção para o plano dos atores sociais envolvidos na recepção do Concílio Vaticano II, somos conduzidos à necessidade de compreender as diferentes correntes católicas não apenas como interpretações concorrentes de um mesmo evento histórico (memória seletiva), mas como formas específicas de ação social orientadas por princípios distintos de legitimação. A questão central, portanto, é como interpretar a lógica de ação desses grupos na disputa pela memória conciliar.

Nesse ponto, a teoria weberiana da dominação carismática constitui um recurso analítico privilegiado. Max Weber[24] concebe o carisma como um princípio de legitimação que se distingue tanto da burocracia quanto da tradição. Mais do que um atributo pessoal do líder, o carisma se apresenta como um poder de inovação que rompe com a rotina institucional. Entretanto, Weber também se deteve sobre o processo de institucionalização do carisma, isto é, sobre as formas pelas quais a energia disruptiva do carisma é absorvida, estabilizada e convertida em princípio de legitimação duradouro (Sell, 2013)[25]. Essa preocupação com os modos de rotinização do carisma abre espaço para uma leitura mais complexa da disputa pós-conciliar. À luz de uma interpretação podemos compreender as linhas de ação dos diferentes grupos católicos como expressões de modalidades distintas de carisma.

Os setores progressistas tendem a interpretar o Concílio Vaticano II como um horizonte de inovação permanente, cujo significado não se esgota nos textos aprovados entre 1962 e 1965. Para essa corrente, o Concílio permanece aberto como processo, de modo que sua memória é continuamente atualizada para legitimar novas reformas e transformações. Nesse sentido, o progressismo eclesial

---

[24] WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie. Unvollendet. 1919–1920*. Org. Knut Borchardt; Edith Hanke; Wolfgang Schluchter. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013. (MWG I/23).

[25] SELL, Carlos Eduardo. Poder instituído e potência subversiva: Max Weber e a dupla face da dominação carismática. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 33, 2018.

mobiliza o carisma em estado puro, isto é, um princípio de legitimação que insiste em manter vivo o potencial revolucionário do Concílio e sua capacidade de romper com formas estabelecidas de organização eclesial.

Já os setores conservadores concebem o Concílio como um marco normativo a partir do qual a Igreja deve se estabilizar. Para eles, o evento conciliar representou uma abertura necessária, mas que precisa ser contida e traduzida em regras institucionais que garantam a unidade e a continuidade da Igreja. Trata-se, portanto, de uma operação de institucionalização do carisma, pela qual a energia inovadora do Concílio é convertida em norma estável. Nessa perspectiva, o carisma deixa de ser uma força disruptiva e passa a funcionar como mecanismo de legitimação da ordem estabelecida, garantindo que as reformas do Vaticano II não se transformem em rupturas permanentes.

Por fim, a corrente tradicionalista assume uma posição peculiar. Ela mobiliza um princípio carismático em estado puro, mas em chave anti-institucional**.** A tradição é idealizada como instância de legitimação carismática superior, capaz de denunciar o Vaticano II como ruptura ilegítima com o passado. Nesse caso, o carisma não se ancora no Concílio, mas contra ele: é a própria tradição que é sacralizada como fonte de legitimidade. A disputa tradicionalista se apresenta, assim, como uma forma de carisma reacionário, cujo objetivo é desestabilizar a ordem instituída em 1965 em nome de uma restauração do passado idealizado.

Essa leitura nos permite compreender que a disputa pela memória do Vaticano II não pode ser reduzida a uma simples oposição dualista entre inovação e conservação. O que está em jogo é a disputa entre projetos eclesiais que mobilizam o carisma conciliar para legitimar diferentes projetos eclesiais. Os progressistas reivindicam o carisma como princípio de transformação permanente; os conservadores procuram institucionalizar o carisma em uma forma normativa e estabilizadora; e os tradicionalistas mobilizam o carisma em sentido reativo, transformando a tradição em instância carismática de negação e restauração.

Ao situar a recepção conciliar sob essa ótica, compreendemos que a memória do Vaticano II se constitui como campo de disputas em torno da rotinização, da atualização ou da rejeição de seu carisma. A análise weberiana, portanto, ilumina não apenas os interesses e projetos dos diferentes grupos, mas também os princípios de legitimação que fundamentam suas posições. Assim, a memória conciliar não é um depósito neutro de significados do passado, mas um recurso político-religioso continuamente mobilizado por atores

com projetos determinados para estruturar o presente e projetar o futuro da Igreja Católica.

3.3. A recepção conciliar como processo estruturado de luta entre capitais distintos no interior da estrutura institucional católica.

A análise anterior permite compreender a lógica dos atores, seus interesses e projetos eclesiais, bem como os princípios de legitimação que sustentam suas narrativas. Contudo, tal abordagem revela-se insuficiente para analisar os mecanismos institucionais e estruturais que viabilizam ou restringem essas disputas. Para avançar nessa dimensão, podemos recorrer à tradição bourdiesiana, em particular aos estudos de recepção.

A sociologia da recepção das ideias constitui um subcampo em expansão desde o último quarto do século XX. Originalmente vinculado à sociologia da literatura[26], essa perspectiva fornece instrumentos teóricos e empíricos para investigar os fatores sociais que condicionam a circulação, a consagração e a interpretação de obras e discursos. Diferentemente de abordagens imanentes (voltadas aos elementos internos do texto) ou transcendentais (centradas no contexto histórico amplo), a sociologia da recepção focaliza mediadores sociais, redes institucionais, mercados culturais, traduções, mecanismos de legitimação e estruturas que favorecem ou dificultam a difusão de ideias. O objetivo central é compreender como agentes sociais e dispositivos institucionais determinam o sucesso, a marginalização ou a reinterpretação de determinados discursos no espaço público.

Tal perspectiva evidencia que a compreensão de qualquer produção simbólica — literária, artística ou religiosa — exige considerar as mediações impostas pelos condicionamentos sociais e pelas relações específicas do campo cultural em que é produzida e recebida. Nenhuma produção simbólica pode ser analisada isoladamente, sem levar em conta as estruturas de consagração, os constrangimentos ideológicos e econômicos que a atravessam, e as disputas por autonomia relativa no campo[27].

---

[26] BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992 e SAPIRO, Gisèle. *Sociologia da literatura*. São Paulo: Editora Moinhos, 2019.

[27] CARVALHO, Márcio José Rosa de et al. *Max Weber no Brasil e no mundo: sociologia da circulação internacional (1889–1920) e da recepção nacional brasileira (1925–2015) das obras weberianas*. 2022.

Sob uma perspectiva bourdiesiana, a Igreja Católica pode ser concebida como um campo de poder estruturado pela disputa em torno da interpretação legítima da tradição e da condução institucional[28]. Nesse campo, dois polos centrais se destacam: as elites administrativas (bispos) e as elites intelectuais (teólogos). As elites administrativas detêm predominantemente capital institucional, derivado de sua posição formal na hierarquia eclesiástica — papado, episcopado, cúria, congregações e organismos centrais [29]. Esse capital é reforçado por recursos materiais (acesso a cargos, estruturas de decisão e bens) e simbólicos (autoridade normativa, legitimidade doutrinal e visibilidade pública). Sua força reside na capacidade de definir normas, consolidar interpretações oficiais e institucionalizar determinadas práticas e leituras do Concílio, inclusive por meio de documentos oficiais, decisões eclesiásticas e canais de comunicação formal. A hierarquia desempenha um papel estratégico, com o papa e a cúria no topo, influenciando cardeais, bispos e instâncias nacionais na legitimação das interpretações oficiais.

Por sua vez, as elites intelectuais dispõem sobretudo de capital cultural e simbólico, associado às credenciais acadêmicas — títulos universitários, publicações, posições em universidades e centros de pesquisa, participação em revistas e editoras especializadas, reconhecimento no campo teológico. Esse capital confere autoridade hermenêutica e capacidade de moldar a recepção conciliar por meio da produção de interpretações, teorias e discursos que disputam legitimidade no interior do campo religioso.

A relação entre esses dois grupos não é de mera oposição, mas de interdependência e tensão permanente. As elites administrativas necessitam das elites intelectuais para fornecer fundamentação teológica e hermenêutica às decisões institucionais, convertendo capital cultural em capital institucional. Por outro lado, as elites intelectuais dependem do reconhecimento institucional para validar socialmente suas interpretações e inseri-las nos canais oficiais de transmissão (documentos, magistério, liturgia, publicações). Dessa forma, o campo se estrutura como um espaço de disputa estratégica, em que cada polo busca converter seu capital específico em hegemonia sobre a memória conciliar.

É necessário considerar também os grupos tradicionalistas, que ocupam posição inferior no campo do poder católico, com acesso limitado ao capital institucional e acadêmico. Para se manterem

[28] DE SAINT MARTIN, Monique. A noção de campo em Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, v. 10, n. 26, 2022.

[29] MARGARIA, Paulo. El Concilio Vaticano II y su impacto en el campo episcopal argentino. *Trabajo y sociedad*, n. 18, p. 331–344, 2012.

relevantes e influenciar a memória conciliar, eles mobilizam um capital contrainstitucional, articulado em múltiplos aspectos, como o heroico (simbolizado por figuras como Marcel Lefebvre), o normativo**,** que transforma a tradição pré-conciliar em princípio absoluto de legitimação; e o militante, expresso em práticas litúrgicas, redes de fiéis e instituições paralelas. Essa estratégia permite que a marginalidade institucional seja convertida em recurso simbólico, reforçando a imagem de fidelidade e autenticidade diante da tradição.

No caso da recepção do Concílio Vaticano II, essa dinâmica se manifesta claramente. As elites intelectuais progressistas procuraram interpretá-lo como abertura e transformação, reivindicando legitimidade a partir do "espírito" conciliar. As elites administrativas, mais conservadoras, mobilizaram capital institucional para enquadrar o Concílio como norma estabilizadora da Igreja, enfatizando a "letra" conciliar. Já os tradicionalistas, ao recorrerem ao capital contrainstitucional, sustentaram uma leitura de ruptura, apresentando o Concílio como ameaça à tradição e reforçando sua autoridade simbólica por meio da fidelidade heroica, do apego absoluto à tradição e da mobilização militante de suas redes.

Essa linha de análise evidencia que a memória conciliar não deve ser compreendida apenas como resultado de escolhas políticas de atores isolados, mas como produto da interação entre capitais distintos no interior da estrutura objetiva do campo católico. As tensões entre elites administrativas, elites intelectuais e grupos tradicionalistas moldaram não apenas as formas de recepção do Concílio, mas também revelam como a Igreja, enquanto instituição, condiciona os espaços, posições, capitais e as estratégias, alguns dos mecanismos estruturais que são fundamentais para entende este processo.

Considerações Finais

O Concílio Vaticano II ocupa posição central na teologia e na história, mas ainda se apresenta como um tema relativamente secundário na sociologia. Partindo dos avanços já alcançados nesses campos — especialmente no duplo entendimento do Concílio como evento e como processo de recepção — este estudo buscou oferecer subsídios para uma abordagem sociológica do fenômeno. Apoiado em perspectivas epistemológicas plurais, argumenta-se que a análise do evento conciliar exige compreender simultaneamente os processos internos que moldaram sua configuração como estrutura social e

política de interação e organização autônoma, bem como a lógica de sua institucionalização.

Uma sociologia da recepção conciliar, por outro lado, também demanda a articulação de diferentes estratégias analíticas. Conforme as sugestões aqui apresentadas, a primeira compreende a recepção como um processo de formação de memória seletivas, no qual atores e instituições constroem interpretações múltiplas sobre o significado histórico do Concílio. A segunda interpreta a recepção conciliar como arena de disputas em torno de leituras carismáticas de sua autoridade e de seus efeitos, destacando tensões entre projetos eclesiais estabilizadores, dinamizadores e de rejeição da herança conciliar. A terceira contribui para a identificação dos mecanismos institucionais (posições sociais e diferente formas de capital) que regulam a incorporação e a circulação das memórias e projetos conciliares no campo católico de poder. Essas considerações, naturalmente, não pretendem esgotar a complexidade do evento conciliar nem de sua recepção, mas estabelecem marcos conceituais essenciais para orientar investigações mais aprofundadas sobre suas múltiplas dimensões e impactos.

Por fim, cabe acrescentar que a compreensão da recepção do Concílio requer ainda atenção aos contextos culturais, sociais e políticos específicos, tarefa que não pôde ser desenvolvida nos limites deste artigo. Contudo, a título de conclusão, destacamos dois princípios mínimos capazes de orientar pesquisas futuras sobre a realidade latino-americana e brasileira.

O primeiro é de ordem teórica: a noção de "recepção seletiva", que evidencia como a memória conciliar é sempre construída de maneira parcial, combinando processos de lembrar e esquecer, conforme sublinhou Luhmann[30]. Nesse sentido, o trabalho de Schweizer[31]mostra o papel central desempenhado por instituições burocráticas, como as conferências episcopais (CELAM, CNBB) e suas assembleias coletivas (Medellín, 1968; Puebla, 1979; Santo Domingo, 1992; Aparecida, 2007), assim como pela Teologia da Libertação, que funcionaram como dispositivos institucionais e simbólicos de uma recepção historicamente determinada do Concílio na América Latina e no Brasil.

O segundo princípio é empírico-metodológico: investigar de que modo essas memórias e projetos em disputa influenciam a prática

---

[30] LUHMANN, 1997.
ARENAS, Sandra; BEDJRA, Edoh F.; CLIFFORD, Catherine E.; ECKHOLT, Margit (org.). *Das Zweite Vatikanische Konzil: allgemeine Einführung und Hermeneutik*. Freiburg; Basel; Wien: Herder, 2024.

[31] SCHWEIZER, Beat Andreas. *Die Rezeption des Zweiten Vatikanischen Konzils in Lateinamerika*. Hamburg: Bachelor + Master Publishing, 2013.

da vida católica. Nesse campo, o projeto internacional coordenado pela editora Herder[32] (Arenas et al., 2024) representa um avanço relevante ao analisar a recepção do Concílio nos diversos continentes a partir dos 16 documentos conciliares, permitindo comparações sobre sua influência em diferentes contextos. No bojo desse projeto, Coppe e Marquez [33]oferecem a análise mais abrangente e atualizada da recepção do Concílio no Brasil até agora produzida, contemplando dimensões como liturgia, catequese, organização eclesial (CEBs e CNBB), ecumenismo e formação sacerdotal — constituindo uma base empírica ampla para futuras investigações sociológicas. O desafio que permanece consiste em traduzir esses aportes metodológicos e empíricos em uma análise sociológica sistemática da recepção conciliar.

Essa tarefa ainda está por ser realizada, mas não pode ser conduzida à margem de uma matriz sociológica ampla e diversificada, como a que aqui se buscou apenas esboçar. Para a sociologia, portanto, o estudo do Concílio Vaticano II continua sendo uma agenda aberta, cuja relevância persiste mais de sessenta anos após sua realização.

Referências

ALOISI, Michael F. Vatican II, Ecumenism and a Parsonian Analysis of Change. *Sociological Analysis*, v. 49, n. 1, p. 17–28, 1988.

ARENAS, Sandra; BEDJRA, Edoh F.; CLIFFORD, Catherine E.; ECKHOLT, Margit (org.). *Das Zweite Vatikanische Konzil: allgemeine Einführung und Hermeneutik*. Freiburg; Basel; Wien: Herder, 2024.

ARENAS, Sandra; SCHICKENDANTZ, Carlos (org.). *Das Zweite Vatikanische Konzil in Lateinamerika und der Karibik*. Freiburg; Basel; Wien: Herder, 2025. XVI, 736 p.

[32] ARENAS, Sandra; BEDJRA, Edoh F.; CLIFFORD, Catherine E.; ECKHOLT, Margit (org.). *Das Zweite Vatikanische Konzil: allgemeine Einführung und Hermeneutik*. Freiburg; Basel; Wien: Herder, 2024.

[33]CALDEIRA, Rodrigo Coppe; MARQUEZ, Luiz Carlos. Rezeption des Konzils in Brasilien. In: ARENAS, Sandra; SCHICKENDANTZ, Carlos (org.). *Das Zweite Vatikanische Konzil in Lateinamerika und der Karibik*. Freiburg; Basel; Wien: Herder, 2025.

ARROYO, Francisco Merlos; BRIGHENTI, Agenor (Ed.). *O Concílio Vaticano II: Batalha perdida ou esperança renovada?* São Paulo: Editora Paulinas, 2016.

BEOZZO, José Oscar. *Padres conciliares brasileiros no Vaticano II: participação e prosopografia, 1959-1965*. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. *Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire*. Paris: Éditions du Seuil, 1992.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe (org.). *Concílio Vaticano II – Experiências e contextos*. 1. ed. São Paulo: Paulus; Belo Horizonte: PUC Minas, 2022.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II como objeto de leitura: a formação das culturas conciliares. *Horizonte – Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, v. 17, n. 54, p. 1526–1543, 2019.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. O Concílio Vaticano II, sua hermenêutica e recepção. *Estudos Teológicos*, v. 55, n. 1, p. 60–75, 2016.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe; MARQUEZ, Luiz Carlos. Rezeption des Konzils in Brasilien. In: ARENAS, Sandra; SCHICKENDANTZ, Carlos (org.). *Das Zweite Vatikanische Konzil in Lateinamerika und der Karibik*. Freiburg; Basel; Wien: Herder, 2025.

CARVALHO, Márcio José Rosa de et al. *Max Weber no Brasil e no mundo: sociologia da circulação internacional (1889–1920) e da recepção nacional brasileira (1925–2015) das obras weberianas*. 2022.

DE GOPEGUI, Juan A. Ruiz. O Concílio Vaticano II quarenta anos depois. *Perspectiva Teológica*, v. 37, n. 101, p. 11–11, 2005.

DE SAINT MARTIN, Monique. A noção de campo em Pierre Bourdieu. *Revista Brasileira de Sociologia-RBS*, v. 10, n. 26, 2022.

DIMBATH, Markus; HEINLEIN, Michael. *Social Memory: Classical Theories and New Perspectives*. Paderborn: Brill | Fink, 2022.

DIMBATH, Oliver; HEINLEIN, Michael. Social Memory: Classical Theories and New Perspectives. In: *Social Memory*. Brill | Fink, 2022.

EBERTZ, Hans-Georg. Deinstitutionalisierungsprozesse im Katholizismus: Die Erosion der „Gnadenanstalt“. In: KAUFMANN, Franz-Xaver; ZINGERLE, Arnold (hg.). *Vatikanum II und Modernisierung: historische, theologische und soziologische Perspektiven*. Paderborn; München; Wien; Zürich: Ferdinand Schöningh, 1996. p. 375–399.

EBERTZ, Hans-Georg. *Erosion der Gnadenanstalt? Zum Wandel der Sozialgestalt von Kirche*. Frankfurt am Main: Josef Knecht, 1998.

FAGGIOLI, Massimo. *Vaticano II: a luta pelo sentido*. São Paulo: Paulinas, 2013.

FIGUEIRA, P. H. C.; DOS SANTOS JÚNIOR, P. J. O Concílio Vaticano II e seus desdobramentos na região norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro. *Revista Transformar*, v. 11, p. 77–86, 2017.

FORLENZA, Pierangelo. New Perspectives on Twentieth-Century Catholicism. *Contemporary European History*, v. 28, n. 2, p. 247–254, 2019.

LEVILLAIN, Philippe. *La mécanique politique de Vatican II: la majorité et l'unanimité dans un concile*. Paris: Beauchesne, 1975.

LUHMANN, Niklas. *Die Gesellschaft der Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997. 2 v.

MARGARIA, Paulo. El Concilio Vaticano II y su impacto en el campo episcopal argentino. *Trabajo y sociedad*, n. 18, p. 331–344, 2012.

NACKE, Stefan. *Die Kirche der Weltgesellschaft: Das II. Vatikanische Konzil und die Globalisierung des Katholizismus*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2010.

O'MALLEY, John W. *What Happened at Vatican II*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2008.

PASSOS, João Décio. *Concílio Vaticano II: reflexões sobre um carisma em curso*. São Paulo: Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2014.

PIVA, E. D. Recepção e divulgação do Vaticano II pelos franciscanos de Petrópolis. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 65, n. 259, p. 631–655, 2005.

QUADROS, Eduardo et al. Concílio Vaticano II: uma recepção inacabada. *Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião,* v. 20, n. 2, p. 5-10, 2022.

ROUTHIER, Gilles. *Vatican II: herméneutique et réception*. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2006.

RUSH, Ormond. *The Vision of Vatican II: Its Fundamental Principles*. Washington, DC: The Catholic University of America Press, 2019.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória coletiva e teoria social*. Coimbra; São Paulo: Imprensa da Universidade de Coimbra; Annablume, 2012.

SANTOS, S. R. C. dos. *Verbalização do sagrado em tempos de fronteira: a recepção do Concílio Vaticano II no Maranhão, 1959-1979*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

PRANDI, Reginaldo; DOS SANTOS, Renan William. Mudança religiosa na sociedade secularizada: o Brasil 50 anos após o Concílio Vaticano II. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 5, n. 2, p. 351, 2015.

SAPIRO, Gisèle. *Sociologia da literatura*. São Paulo: Editora Moinhos, 2019.

SCHWEIZER, Beat Andreas. *Die Rezeption des Zweiten Vatikanischen Konzils in Lateinamerika*. Hamburg: Bachelor + Master Publishing, 2013.

STADELMANN, Luís. Concílio Vaticano II: 50 anos depois. *Revista Encontros Teológicos*, v. 27, n. 2, 2012.

SELL, Carlos Eduardo. Poder instituído e potência subversiva: Max Weber e a dupla face da dominação carismática**.** *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 33, p. e339814, 2018.

SELL, Carlos Eduardo. *Para onde vai a Igreja Católica? Uma análise sociológica*. Petrópolis: Vozes, 2025.

WEBER, Max. *Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie. Unvollendet. 1919–1920*. Org. Knut Borchardt; Edith Hanke; Wolfgang Schluchter. Tübingen: Mohr Siebeck, 2013. (MWG I/23).

WILDE, Melissa J. *Vatican II: A Sociological Analysis of Religious Change*. Princeton; Oxford: Princeton University Press, 2007.

ZINGERLE, Arnold. Institutionalisierung des Außeralltäglichen: das Zweite Vatikanische Konzil als Charisma-Ereignis. In: KAUFMANN, Franz-Xaver; ZINGERLE, Arnold (hg.). *Vatikanum II und Modernisierung: historische, theologische und soziologische Perspektiven*. Paderborn; München; Wien; Zürich: Ferdinand Schöningh, 1996. [p. indeterminadas].